

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos



Extraordinário

Período: 20 dez. 2021 a 7 jan. 2022



[Ato n. 63/GP, de 16 de dezembro de 2021](#)

Redefine o horário de atendimento da Secretaria de Saúde do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

[Ato n. 62/GP, de 13 de dezembro de 2021](#)

Aprova o Plano de Auditoria de Longo Prazo e o Plano Anual de Auditoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, para o quadriênio 2022-2025 e para o exercício de 2022, respectivamente.

[Resolução n. 11/GP.CR, de 13 de dezembro de 2021](#)

Altera a Resolução n. 5/GP.CR, de 14 de dezembro de 2018, no que se refere aos critérios para fixação de auxílio de Juiz do Trabalho Substituto nas unidades jurisdicionais de primeiro grau da Segunda Região.

[Provimento n. 7/GP.CR, de 16 de dezembro de 2021](#)

Redefine o Leilão Judicial Unificado e o funcionamento do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados e do Credenciamento de Leiloeiros, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, e dá outras providências.

[Ato n. 593/PR, de 28 de dezembro de 2021](#)

Transforma 01 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo III, FC-03 (nº 606) em 01 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo IV, FC-04.

[Ato n. 594/PR, de 29 de dezembro de 2021](#)

Altera a nomenclatura de 01 (uma) Função Comissionada de Assistente Administrativo Chefe, FC-05, vaga nº 651 em 01 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo V, FC-05.

[Portaria n. 2/DGA, de 5 de janeiro de 2022](#)

Altera as Portarias n. 23/DGA, de 14 de junho de 2019, n. 34/DGA, de 21 de outubro de 2019, n. 22/DGA, de 5 de novembro de 2020, n. 23/DGA, de 25 de novembro 2020, n. 3/DGA, de 24 de fevereiro de 2021, n. 11/DGA, de 5 de julho de 2021, n. 16/DGA,

de 9 de novembro de 2021, n. 20/DGA, de 14 de dezembro de 2021, que designam servidores para atuarem como Gestores e Fiscais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

[Portaria n. 3/DGA, de 5 de janeiro de 2022](#)

Altera as Portarias DGA n. 22/DGA, de 6 de abril de 2018, n. 23/DGA, de 14 de junho de 2019, n. 39/DGA, de 11 de dezembro de 2019 e n. 22/DGA, de 5 de novembro de 2020, que designam servidores para atuarem como Gestores e Fiscais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Órgãos de interesse

TST

[Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP.SG.SEOFI, de 20 de dezembro de 2021](#)

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 6ª, 8ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª, 16ª, 17ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, no valor global de R\$ 42.241.401,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

[Ato n. 3/TST, de 4 de janeiro de 2022](#)

Torna públicos os valores dos subsídios dos Ministros, dos vencimentos dos cargos efetivos e da retribuição dos cargos em comissão e das funções comissionadas do Tribunal Superior do Trabalho.

STF

[Resolução n. 757/STF, de 15 de dezembro de 2021](#)

Institui o Programa de Integridade, dispõe sobre o Comitê de Gestão da Integridade (CGI-STF) e aprova o Plano de Integridade do Supremo Tribunal Federal.

[Resolução n. 758/STF, de 16 de dezembro de 2021](#)

Institui a Política de Transparência, Dados Abertos e Prestação de Contas e cria o Comitê de Transparência e Prestação de Contas do Supremo Tribunal Federal.

[Resolução n. 759/STF, de 17 de dezembro de 2021](#)

Institui a Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

CSJT

[Ato n. 79/CSJT.GP.SETIC.NUGOV, de 20 de dezembro de 2021](#)

Altera o Ato n. 66/CSJT.GP.SETIC.NUGOV, de 13 de setembro de 2021, que institui a equipe de planejamento da contratação destinada a conduzir as ações necessárias ao

planejamento e à eventual obtenção de ferramenta de análise de dados para toda a Justiça do Trabalho – epcAnáliseDados.

Conselho Nacional de Justiça

[Resolução n. 441/CNJ, de 24 de dezembro de 2021](#)

Institui o Programa Nacional “Visão Global do Poder Judiciário”.

[Resolução n. 442/CNJ, de 24 de dezembro de 2021](#)

Altera a Resolução n. 349/CNJ, de 23 de outubro de 2020, que dispõe sobre a criação do Centro de Inteligência do Poder Judiciário e dá outras providências.

Presidência da República

[Decreto n. 10.900, de 17 de dezembro de 2021](#)

Dispõe sobre o Serviço de Identificação do Cidadão e a governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e altera o Decreto n. 8.936, de 19 de dezembro de 2016, o Decreto n. 10.543, de 13 de novembro de 2020, e o Decreto n. 9.278, de 5 de fevereiro de 2018.

[Decreto n. 10.905, de 20 de dezembro de 2021](#)

Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, a Comissão Tripartite Paritária Permanente, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

[Decreto n. 10.911, de 22 de dezembro de 2021](#)

Altera o Regulamento do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina, aprovado pelo Decreto n. 44.045, de 19 de julho de 1958.

[Decreto n. 10.912, de 23 de dezembro de 2021](#)

Altera o Decreto n. 10.829, de 5 de outubro de 2021, para estabelecer regras transitórias sobre apostilamentos nas transformações a partir de cargos e funções de confiança em extinção.

[Instrução Normativa n. 6, de 23 de dezembro de 2021](#)

Estabelece diretrizes de segurança da informação para o uso seguro de mídias sociais nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

[Resolução n. 2, de 23 de dezembro de 2021](#)

Aprovar o Plano da Modernização e o Selo da Modernização.

[Medida Provisória n. 1.085, de 27 de dezembro de 2021](#)

Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP, de que trata o art. 37 da Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009 e dá outras providências.

[Medida Provisória n. 1.091, de 30 de dezembro de 2021](#)

Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.

[Decreto n. 10.922, de 30 de dezembro de 2021](#)

Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos.

[Medida Provisória n. 1.093, de 31 de dezembro de 2021](#)

Altera a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a divulgação do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social.

[Medida Provisória n. 1.094, de 31 de dezembro de 2021](#)

Altera a Lei n. 11.371, de 28 de novembro de 2006, para dispor sobre a redução na alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações que menciona.

[Medida Provisória n. 1.095, de 31 de dezembro de 2021](#)

Revoga dispositivos da Lei n. 10.865, de 30 de abril de 2004, e da Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005, referentes à tributação especial da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas.

Congresso Nacional

[Lei n. 14.273, de 23 de dezembro de 2021](#)

Estabelece a Lei das Ferrovias e dá outras providências.

[Lei n. 14.282, de 28 de dezembro de 2021](#)

Regulamenta o exercício da profissão de despachante documentalista.

[Lei n. 14.286, de 29 de dezembro de 2021](#)

Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil e dá outras providências

[Lei Complementar n. 188, de 31 de dezembro de 2021](#)

Altera a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), para modificar a composição e o funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) e ampliar o âmbito de aplicação de seu regime tributário.

[Lei n. 14.289, de 3 de janeiro de 2022](#)

Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei n. 6.259, de 30 de outubro de 1975.

[Lei n. 14.297, de 5 de janeiro de 2022](#)

Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em

Ministério da Economia

[Portaria Conjunta n. 132/SETO.SEDGG.ME, de 10 de dezembro de 2021](#)

Regulamenta os limites de reembolso com cessões, requisições e alterações de exercício para compor força de trabalho no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta.

[Instrução Normativa n. 113/SGP.SEDGG.ME, de 14 de dezembro de 2021](#)

Altera a Instrução Normativa n. 54, de 20 de maio de 2021, que dispõe sobre os critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), nas situações de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve, para o desconto da remuneração correspondente aos dias de paralisação e para a elaboração do respectivo Termo de Acordo para compensação de horas não trabalhadas.

[Instrução Normativa n. 116/SEGES.ME, de 21 de dezembro de 2021](#)

Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Portaria n. 15.177/SETO.ME, de 29 de dezembro de 2021](#)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 948.856.275,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Ministério da Receita Federal

[Portaria Conjunta n. 102/RFB.PGFN, de 20 de dezembro de 2021](#)

Altera a Portaria Conjunta n. 895/RFB.PGFN, de 15 de maio de 2019, que dispõe sobre o parcelamento de débitos para com a Fazenda Nacional.

MTP

[Portaria interministerial n. 3/MTP.ME, de 15 de outubro de 2021 \[Publicado em: 03/01/2022\]](#)

Disciplina a forma de apresentação pelo segurado especial de informações no Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais - eSocial.

[Resolução n. 1.347/CNPS, de 6 de dezembro de 2021](#)

Consolida as Resoluções nº. 1.329, de 25 de abril de 2017 e nº. 1.335, de 18 de dezembro de 2017, ambas do Conselho Nacional de Previdência Social, em atendimento ao disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. Processo nº 10132.100338/2021-51.

[Portaria Interministerial n. 10/MTP.ME, de 22 de dezembro de 2021](#)

Declara a revogação de portarias do extinto Ministério da Previdência e Assistência Social e de portarias interministeriais dos extintos Ministérios da Previdência Social e da Fazenda, para fins do disposto no art. 8º do Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019.

[Portaria n. 1.010, de 24 de dezembro de 2021](#)

Altera a Portaria n. 313, de 22 de setembro de 2021, que dispõe sobre a implantação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) em meio eletrônico.

[Portaria n. 2/MTP, de 3 de janeiro de 2022](#)

Altera a Portaria n. 671/MTP, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

[Portaria n. 9/MTP, de 5 de janeiro de 2022](#)

Altera a vigência do item 31.7.4 da Norma Regulamentadora n. 31.

Conselho Federal de Biologia

[Resolução n. 614/CFBio, de 10 de dezembro de 2021](#)

Dispõe sobre a habilitação e atuação do Biólogo em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e dá outras providências.

[Resolução n. 615/CFBio, de 10 de dezembro de 2021](#)

Dispõe sobre a inclusão do Biólogo como profissional habilitado para as atividades de uso de injetáveis, de imunização, punções e coletas de modo geral exercidas no serviço de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS e saúde suplementar.

Conselho Federal de Fonoaudiologia

[Resolução n. 644/CFFA, de 11 de dezembro de 2021](#)

Dispõe sobre a atuação fonoaudiológica em home care e dá outras providências.

Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental

